



Em 1991, António Pereira, Daniel Castro e Júlio Antas, colegas de curso desde o primeiro ano, concluíram a licenciatura em Gestão e iniciaram as suas carreiras profissionais numa empresa de consultoria, onde rapidamente adquiriram bastante experiência profissional. Alguns anos depois começaram a considerar a hipótese de fundarem a sua própria empresa, pelo que, em março de 2003, constituíram a ADJ-Consultores Associados, Lda. (ADJ, Lda.), empresa que tinha como objeto social a prestação de serviços de contabilidade e consultoria em gestão.

Muito trabalho e empenho determinaram que a empresa crescesse de forma bastante rápida, pelo que começaram desde logo a contratar colaboradores. A sua carteira de clientes é presentemente muito diversificada e inclui empresas comerciais, industriais, de prestação de serviços e também agrícolas. Apesar da sede social se localizar em Aveiro, a empresa tem clientes de Setúbal a Braga.

A ADJ, Lda. terminou o ano de 2022 com um volume de negócios de cerca de 4 000 000 EUR, um ativo total de 1 280 000 EUR e 380 colaboradores.

A sede social da ADJ, Lda. localiza-se num edifício situado numa zona relativamente isolada, pelo que, além do recurso a vigilância eletrónica por uma empresa de segurança, foram adquiridos a pronto pagamento dois cães de guarda, pelo valor de 2 756 EUR (IVA incluído à taxa reduzida de 6%).

Questão 1.:

Relativamente à aquisição dos dois cães, a contabilização a efetuar pela compra deverá ser:

- a) Débito da conta “313 – Ativos biológicos”, por 2 600 EUR, débito da conta “2432 – IVA Dedutível”, por 156 EUR e crédito da conta “12 – Depósitos à ordem” por 2 756 EUR.
- b) Débito da conta “436 – Equipamentos biológicos”, por 2 600 EUR, débito da conta “2432 – IVA Dedutível”, por 156 EUR e crédito da conta “12 – Depósitos à ordem” por 2 756 EUR.
- c) Débito da conta “433 – Equipamento básico”, por 2 600 EUR, débito da conta “2432 – IVA Dedutível”, por 156 EUR e crédito da conta “12 – Depósitos à ordem” por 2 756 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Uma das empresas clientes da ADJ, Lda. é a Sillyfoot, SA, com sede na Marinha Grande, constituída em 2011, dedicando-se à comercialização de produtos ortopédicos para os membros inferiores, dos quais se destacam as meias ortopédicas, sujeitas a IVA à taxa reduzida (6%). No registo das existências, adota o Sistema de Inventário Permanente, o



Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio e, no caso das referidas meias, negocia o produto com uma margem de comercialização sobre o preço de custo de 20%. Nos primeiros dias de novembro de 2022 a ficha de existências registou os seguintes movimentos:

Data	Descrição	Entradas		Saídas		Existência	
		Qt.	Valor (€)	Qt.	Valor (€)	Qt.	Valor (€)
1/11	Existência inicial					320	12 480
2/11	Compra a F24	1 200	60 000			1 520	72 480
4/11	Compra a F42	6 000	210 000			7 520	282 480
5/11	Compra a F56	10 000	300 000			17 520	582 480

No dia 9 de novembro foi emitida a fatura nº 8559 relativa à venda de 2 400 unidades de meias ortopédicas ao cliente C72, com sede na Croácia e aí registada para efeitos de IVA, tendo a mercadoria sido entregue ao cliente na sua sede no dia 19 de novembro. Da fatura emitida constava um desconto de natureza financeira de 5%.

Questão 2.:

Face ao exposto, qual a hipótese de reconhecimento contabilístico que considera correta:

- Débito das contas “211-Clientes c/c” e “682-Descontos de pronto pagamento concedidos” por contrapartida do crédito das contas “711-Vendas de mercadorias” e “2433-IVA Liquidado”. Débito da conta “611-CMVMC” por contrapartida do crédito da conta “321-Mercadorias”.
- Débito das contas “211-Clientes c/c”, “682-Descontos de pronto pagamento concedidos” e “2432-IVA Dedutível” por contrapartida do crédito das contas “711-Vendas de mercadorias” e “2433-IVA Liquidado”. Débito da conta “611-CMVMC” por contrapartida do crédito da conta “321-Mercadorias”.
- Débito das contas “211-Clientes c/c” e “682-Descontos de pronto pagamento concedidos” por contrapartida do crédito da conta “711-Vendas de mercadorias”. Débito da conta “611-CMVMC” por contrapartida do crédito da conta “321-Mercadorias”.
- Débito da conta “211-Clientes c/c” por contrapartida do crédito das contas “711-Vendas de mercadorias” e “2433-IVA Liquidado”. Débito da conta “611-CMVMC” por contrapartida do crédito da conta “321-Mercadorias”.

Ainda relativamente à referida transação subsistem dúvidas acerca do valor da margem bruta obtida.



Questão 3.:

A margem bruta obtida nesta transação ascendeu ao montante de

- a) 39 912,00 EUR.
- b) 33 926,40 EUR.
- c) 15 960,00 EUR.
- d) 15 958,36 EUR.

Face à existência de um excedente de tesouraria, a Sillyfoot, SA decidiu adquirir em dezembro de 2022, através do Banco Banksylon, 2 000 ações da empresa Enfoot, SA ao preço unitário de 20,00 EUR, as quais foram classificadas como instrumentos financeiros detidos para negociação. Os custos de transação da operação ascenderam a 800 EUR. Refira-se que em julho de 2022 a empresa já havia adquirido 2 400 ações da empresa Enfoot, SA ao preço unitário de 16,00 EUR.

Questão 4.:

Com base na informação referida, o correto reconhecimento contabilístico desta transação deverá ser:

- a) Débito das contas “1421-Ativos financeiros”, “6981-Relativos a financiamentos obtidos” e “24321-IVA Dedutível” por contrapartida do crédito das contas “771-Instrumentos financeiros” e “12-Depósitos à ordem”.
- b) Débito das contas “1421-Ativos financeiros” e “6981-Relativos a financiamentos obtidos” por contrapartida da conta “12-Depósitos à ordem”.
- c) Débito das contas “1421-Ativos financeiros”, “6981-Relativos a Financiamentos obtidos” e “24321-IVA Dedutível” por contrapartida do crédito da conta “12-Depósitos à ordem”.
- d) Débito da conta “414-Investimentos - outras empresas” por contrapartida do crédito da conta “12-Depósitos à ordem”.

Questão 5.:

Na sequência da transação efetuada pela Sillyfoot, SA anteriormente apresentada, o saldo da conta referente às ações adquiridas será de:

- a) 40 000,00 EUR.
- b) 79 200,00 EUR.
- c) 88 000,00 EUR.
- d) 78 400,00 EUR.

A ADJ, Lda. presta também serviços de assistência técnica a equipamento informáticos de clientes. Em outubro de 2022 celebrou, com um dos seus clientes, um contrato que contempla vinte intervenções técnicas, sendo estas efetuadas sempre que solicitadas. O valor total do contrato é de 12 400 EUR, tendo sido metade do valor pago na data da assinatura do contrato e o remanescente repartido por cada uma das intervenções



contratualizadas. Sabe-se ainda que até 31 de dezembro de 2022 não tinham sido solicitadas quaisquer intervenções por parte do cliente.

Questão 6.:

Face ao exposto, e relativamente a rédito a reconhecer em 2022 relativamente a este contrato, a ADJ, Lda.:

- a) Deve reconhecer rédito pela quantia de 6 200 EUR e rendimentos a reconhecer pela quantia de 6 200 EUR.
- b) Deve reconhecer rédito pela quantia de 12 400 EUR.
- c) Não deve reconhecer qualquer rédito relacionado com o contrato e devem ser reconhecidos rendimentos a reconhecer pela quantia de 6 200 EUR.
- d) Não deve reconhecer rédito relacionado com o contrato e deve ser reconhecido um acréscimo de rendimentos pela quantia de 6 200 EUR.

José Alves e Manuel Sousa, amigos dos sócios da ADJ, Lda., permutaram entre si, no decorrer do presente mês de junho, dois imóveis, ambos destinados a habitação própria e permanente, sitos em Aveiro. Naquela permuta, José Alves entregou a Manuel Sousa o prédio A, por 200 000 EUR, recebendo de Manuel Sousa o prédio B, no valor de 190 000 EUR e ainda 10 000 EUR, pagos por transferência bancária.

Considerando que, quer os valores declarados dos imóveis, quer a respetiva diferença dos valores declarados, são superiores aos correspondentes valores patrimoniais tributários, José Alves e Manuel Sousa consultaram a ADJ, Lda. para saber qual é o valor do IMT a pagar e a quem incumbe a obrigação de pagamento.

Questão 7.:

A resposta da ADJ, Lda. deverá ter sido:

- a) O sujeito passivo Manuel Sousa terá de pagar IMT no valor de 222,74 EUR.
- b) Face à diferença declarada de valores, que corresponde à base tributável, não há IMT a pagar, uma vez que a taxa aplicável seria, face à tabela das taxas que consta na al. a) do n.º 1 do artigo 17.º do Código do IMT, 0%.
- c) O sujeito passivo José Alves terá de pagar IMT no valor de 3 754,82 EUR e o sujeito passivo Manuel terá de pagar IMT no valor de 4 454,82 EUR.
- d) O sujeito passivo Manuel Sousa terá de pagar IMT no valor de 4 454,82 EUR.

José Alves, que é também sujeito passivo de IVA, iniciou a sua atividade a 1 de dezembro de 2022, tendo ficado enquadrado no regime especial de isenção de IVA a que se refere o artigo 53.º do respetivo Código. Obteve, durante aquele mês, um volume de negócios de 1 400,00 EUR.



Questão 8.:

Relativamente a 2023:

- a) Como o volume de negócios indicado é muito inferior aos 13.500,00 EUR mantém, durante 2023, o enquadramento no regime especial de isenção do artigo 53.º do CIVA.
- b) Em 2023 teve de proceder à entrega de declaração de alterações durante o mês de janeiro, ficando enquadrado no regime normal do IVA desde 1 de fevereiro de 2023.
- c) Em 2023 teve de proceder à entrega de declaração de alterações durante o mês de janeiro, ficando enquadrado no regime normal desde 1 de janeiro de 2023.
- d) Durante 2023 terá de proceder à entrega de declaração de alterações, ficando enquadrado no regime normal do IVA a partir da data da sua entrega.

A Four Wheels-Rent a Car, Lda., empresa de aluguer de viaturas sem condutor, com sede no Porto, é também cliente da ADJ, Lda. e alugou, durante 10 dias, a uma empresa com sede em França e aí registada para efeitos de IVA, uma viatura ligeira de passageiros que a colocou à disposição no aeroporto Francisco Sá Carneiro, visando as deslocações, em Portugal continental, do diretor comercial da empresa francesa.

Questão 9.:

Na emissão da respetiva fatura, a empresa portuguesa deverá mencionar:

- a) A liquidação do IVA à taxa de 23%.
- b) A liquidação do IVA à taxa de 6%.
- c) A expressão “IVA – autoliquidação” mencionando a aplicação ao art.º 6.º, n.º 6, al. a) do CIVA a contrário.
- d) A isenção do IVA por força do art.º 14.º do RITI.

Outro cliente da ADJ, Lda., a Vai & Vem-Import Export, Lda., empresa com sede em Guimarães e registada em Portugal, em sede de IVA, no regime normal, adquiriu tecido na Turquia que, por sua ordem, foi remetido diretamente daquele país para os Estados Unidos da América, tendo por destino um cliente da Vai & Vem-Import Export, Lda..

Questão 10.:

No que se refere ao enquadramento em sede de IVA da transmissão do referido bem por parte da Vai & Vem, Lda.:

- a) Consiste numa operação sujeita a IVA em Portugal, embora dele isenta.
- b) Consiste numa operação não sujeita a IVA em Portugal.



- c) Consiste numa operação sujeita a IVA em Portugal, por se tratar de uma Transmissão Intracomunitária de Bens.
- d) Consiste numa operação sujeita a IVA em Portugal, não beneficiando de qualquer isenção, pelo que a respetiva fatura deverá mencionar a liquidação do IVA à taxa de 23%.

A Vai & Vem, Lda. detém uma participação de 20% no capital da sociedade Invest, SA, com sede no Senegal, onde a taxa do imposto equivalente ao IRC é 30%, a qual foi adquirida em janeiro de 2012.

Em maio de 2022, a Vai & Vem, Lda. procedeu à alienação desta participação de capital a uma entidade localizada em Gibraltar (paraíso fiscal) tendo obtido um ganho com esta transação.

Questão 11.:

Tendo em conta o exposto, em sede de IRC:

- a) A mais-valia obtida pode beneficiar do regime de *participation exemption* e consequentemente está excluída de tributação.
- b) A mais-valia obtida é tributada nos termos gerais.
- c) A mais-valia obtida não pode beneficiar do regime de *participation exemption* porque a transação foi efetuada com uma entidade situada num paraíso fiscal.
- d) A operação não se enquadra no conceito de mais-valia.

O gerente da Vai & Vem, Lda. está a ponderar a atribuição aos colaboradores desta empresa de passes sociais, mas está com algumas dúvidas sobre o respetivo enquadramento fiscal para os referidos colaboradores, em sede de IRS.

Questão 12.:

As importâncias suportadas pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais a favor dos seus trabalhadores, desde que a atribuição dos mesmos tenha caráter geral, constituem, do ponto de vista do IRS:

- a) Um rendimento da categoria A não sujeito a retenção na fonte.
- b) Um rendimento da categoria A sujeito, mas isento.
- c) Um rendimento da categoria A, dado que configura um vencimento em espécie.
- d) Um rendimento não sujeito.

Outro problema que a Vai & Vem, Lda. tem enfrentado são os créditos incobráveis, matéria sobre a qual a ADJ, Lda. deverá ter prestado o seguinte esclarecimento:



Questão 13.:

Nos termos do n.º 1 do artigo 41º do Código do IRC, os créditos incobráveis podem ser diretamente considerados gastos ou perdas do período de tributação, ainda que o respetivo reconhecimento contabilístico já tenha ocorrido em períodos de tributação anteriores, em qualquer das seguintes situações, desde que não tenha sido admitida perda por imparidade ou esta se mostre insuficiente, devendo ser dada particular atenção a esta imposição legal, decorrente da conjugação do princípio da periodização do lucro tributável e do princípio da prudência:

- a) Em processo de execução, após o registo previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 717.º do Código de Processo Civil.
- b) Em processo de insolvência ou em processo especial de revitalização, ainda que não seja proferida sentença de homologação do plano de insolvência ou do plano de recuperação que preveja o não pagamento definitivo do crédito.
- c) Nos termos do regime jurídico da prestação de serviços públicos não essenciais.
- d) No âmbito de litígios resolvidos por acordo entre as partes.

A ADJ, Lda. tem vários clientes nos quais desenvolveu um sistema de contabilidade analítica, a fim de que essas empresas possam determinar os custos de produção de forma rigorosa.

Um desses clientes, a QSimple, SA, apresentou num determinado período custos relativos a consumo de matérias-primas no valor de 149 400 EUR. A QSimple, SA produziu 5 000 unidades acabadas do Produto Ref. ALF989. No início do mês tinha em curso de fabrico 1 000 unidades do mesmo produto com 50% de grau de acabamento em matérias-primas e no final do mês tinha 800 unidades em vias de fabrico com 60% de grau de acabamento em matérias-primas incorporadas.

Questão 14.:

Tendo em conta que a QSimple, SA utiliza a fórmula de custeio FIFO e que o valor da produção em curso de fabrico inicial era de 15 000 EUR, o custo de produção, em termos de incorporação dos custos de matérias-primas, neste período é de:

- a) 30,00 EUR por unidade para a produção efetiva ou equivalente do mês.
- b) 30,00 EUR por unidade para a produção acabada do mês.
- c) 14 400 EUR para o valor global da produção em curso de fabrico no final do mês.
- d) Todas as alíneas anteriores se encontram corretas.

A QSimple, SA tem capacidade de produção normal de 20 000 unidades do Produto Ref. PHP767 por ano. No último ano, a empresa produziu 16 800 unidades de PHP767, não apresentando qualquer variação no inventário de produção acabada. O preço de venda unitário é de 14,00 EUR.



Os custos do ano foram os seguintes: Matérias-primas 68 000 EUR; Gastos de Conversão Fixos 81 000 EUR; Gastos de Conversão Variáveis 13 400 EUR; Gastos Administrativos Fixos 9 000 EUR; Gastos de Distribuição Variáveis 2 600 EUR.

Questão 15.:

Face ao exposto:

- a) No ano, o ponto crítico em quantidade foi de 10 000 unidades e a Margem de Segurança com base nas vendas atuais tem um valor aproximado de 40,5%.
- b) Podem ser diminuídas as quantidades vendidas em 6 800 unidades sem que a empresa apresente resultados negativos.
- c) Pode ser diminuído o valor das vendas em 95 200 EUR sem que a empresa apresente resultados negativos.
- d) Todas as alíneas anteriores se encontram corretas.

Um Administrador da QSimple, SA esteve recentemente num seminário onde se falou de Sistema de Custeio Baseado em Atividades.

Questão 16.:

O Sistema de Custeio Baseado nas Atividades permite repartir:

- a) Exclusivamente Custos Fixos.
- b) Exclusivamente Custos Variáveis.
- c) Exclusivamente Custos Diretos.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

A ADJ, Lda. procura prestar serviços aos seus clientes com competência e rigor, mas ainda assim por vezes ocorrem erros, por exemplo no preenchimento de declarações fiscais.

Questão 17.:

Perante a existência de um erro no preenchimento da declaração modelo 22, o contabilista certificado apresentou junto da direção de finanças uma reclamação graciosa em nome do cliente. Pode fazê-lo?

- a) Sim, o contabilista certificado pode intervir no procedimento tributário em representação do seu cliente.
- b) Não, o contabilista certificado apenas pode intervir no procedimento tributário relativo ao cumprimento das suas obrigações fiscais ou das sociedades em que é gerente.
- c) Sim, o contabilista certificado representa os seus clientes em todas as matérias fiscais junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, bem como junto dos tribunais tributários.
- d) Não, ao contabilista certificado compete apenas organizar a contabilidade e enviar as declarações fiscais.



No âmbito da sua expansão, a ADJ, Lda. pretende abrir um escritório em Évora, o que vai fazer através de uma parceria com o contabilista certificado Manuel da Silva (que foi também colega dos sócios da ADJ, Lda. na Universidade), o qual desenvolve a sua atividade em Lisboa através da sociedade de contabilidade Contas em Dia, Lda. Ficou acordado que seria a Contas em Dia, Lda. a abrir o escritório em Évora.

Questão 18.:

Neste caso, deve:

- a) Constituir uma sociedade de contabilidade cujo objeto seja a prestação de serviços de contabilidade em Évora.
- b) Comunicar à Ordem o diretor técnico do estabelecimento de Évora.
- c) Solicitar autorização à Ordem para exercer a atividade nos dois estabelecimentos.
- d) Contratar um contabilista certificado com residência no concelho de Évora.

Recentemente Manuel da Silva perdeu um cliente. Após a comunicação pelo cliente da rescisão do contrato de prestação de serviços, Manuel da Silva, na sua qualidade de gerente da sociedade de contabilidade, recusou-se a devolver a documentação contabilística e fiscal ao responsável da sociedade.

Questão 19.:

Nesta circunstância, a responsabilidade pela violação do dever deontológico de devolução da documentação é:

- a) Do contabilista certificado que assumia a responsabilidade técnica pela sociedade.
- b) Da gerência da sociedade de contabilidade.
- c) Do diretor técnico da sociedade de contabilidade.
- d) De todos os contabilistas certificados que exerçam a sua atividade na sociedade de contabilidade.

A P&D, SA iniciou, em 1 de junho de 2022, um projeto conducente ao desenvolvimento de uma aplicação baseada em inteligência artificial destinada ao ensino. No dia 1 de dezembro de 2022, após incorrer em 722 000 EUR de dispêndios, o responsável pelo projeto anunciou a entrada na fase de desenvolvimento. Todavia, não existem ainda resultados conclusivos dos testes efetuados e, conseqüentemente, não existe qualquer garantia da conclusão do projeto. Durante o mês de dezembro a entidade incorreu em 110 000 EUR de dispêndios relacionados com o projeto.

Questão 20.:

No final do ano de 2022, sabendo que a entidade tem interesse em maximizar a capitalização dos dispêndios relacionados com este projeto, a entidade deverá ter reconhecido:

- a) Gastos do período no valor de 722 000 EUR e nenhum ativo intangível.
- b) Gastos do período no valor de 722 000 EUR e um ativo intangível no valor de 110 000 EUR.
- c) Um ativo intangível no valor de 832 000 EUR.
- d) Gastos do período no valor de 832 000 EUR.



As questões seguintes são independentes do texto anteriormente apresentado

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO

Questão 21.:

Uma sociedade apresentava, relativamente às subcontas relativas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), os seguintes saldos, antes de efetuado o apuramento do IVA referente ao mês de fevereiro de 2023:

Subcontas	Saldo (em euros)	
	Devedor	Credor
IVA Dedutível	41 000	
IVA Liquidado		34 550
IVA Regularizações a favor da empresa	1 350	
IVA Regularizações a favor do Estado		2 400
IVA a Pagar		7 600
IVA a Recuperar	2 420	

Após a contabilização de todas as operações relativas ao apuramento do IVA referente ao mês de fevereiro de 2023, aquelas subcontas deverão apresentar os seguintes saldos:

- Saldo devedor de 220 EUR em “IVA a pagar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- Saldo credor de 6 470 EUR em “IVA a pagar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- Saldo devedor de 6 470 EUR em “IVA a recuperar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Questão 22.:

A empresa A detém 75% de B, 20% de C e 60% de D. Por sua vez, B detém 16% de D e C detém 55% de D. Considerando apenas a informação anterior, a percentagem total de controlo de A sobre D é de:

- 76,0%.
- 29,6%.
- 100%.
- 71,0%.



Questão 23.:

Em novembro de 2022, a Cambial, Lda. adquiriu mercadorias a um fornecedor sedado nos Estados Unidos, pelo valor total de 20 000 USD, tendo ficado contratualizado que o pagamento ocorreria em fevereiro de 2023. Sabe-se que a relação cambial na data da compra era EUR/USD=1,086, em 31 de dezembro de 2022 de EUR/USD=1,101 e na data do pagamento de EUR/USD=1,091. Face ao exposto, em 2022, a diferença de câmbio relativa àquela dívida conduzirá ao reconhecimento de um:

- a) Gasto do período na quantia de 250,91 EUR.
- b) Gasto do período na quantia de 300,00 EUR.
- c) Rendimento do período na quantia de 250,91 EUR.
- d) Gasto do período na quantia 84,39 EUR.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 24.:

A matéria usada para soldar as estruturas metálicas produzidas na empresa Metálica é classificada na contabilidade analítica como:

- a) Matéria-Prima.
- b) Matéria subsidiária.
- c) Custo não industrial.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Questão 25.:

O Sistema de Custeio Total permite obter sempre resultados:

- a) Inferiores ao Sistema de Custeio Variável.
- b) Superiores ao Sistema de Custeio Variável.
- c) Iguais ao Sistema de Custeio Variável.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Questão 26.:

Na mensuração dos subprodutos e resíduos, obtidos num processo de produção conjunta, podemos considerar para repartição dos custos conjuntos:

- a) O critério das quantidades produzidas.
- b) O critério do valor relativo das vendas.
- c) O critério do valor relativo das vendas no ponto de separação.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.



Questão 27.:

O termo custo indireto ou comum deve ser utilizado:

- a) Apenas na produção múltipla disjunta (não conjunta).
- b) Apenas na produção múltipla conjunta.
- c) Quer na produção múltipla disjunta (não conjunta) quer na produção múltipla conjunta.
- d) Apenas na produção uniforme.

Questão 28.:

No sistema de custos padrão relativo ao produto X, o consumo unitário pré-definido de uma matéria-prima equivale a 3,00 EUR, com um preço padrão unitário de 6,00 EUR. Num determinado mês, a produção do bem N deu origem a um consumo real de matérias-primas de 900 Kg, para um nível real de produção de 1 500 unidades de X. As compras de matérias-primas igualaram os consumos, tendo sido o seu valor total de 4950 EUR. O desvio de matéria-prima corresponde, no mencionado mês, a:

- a) 900 EUR desfavorável.
- b) 450 EUR favorável.
- c) 450 EUR desfavorável.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Questão 29.:

Uma determinada empresa obtém, por norma, 5% da sua produção com não conformidades que implicam que a venda desses bens não seja possível. A mesma empresa lançou uma Ordem de Produção (OP) relativa a uma encomenda recebida de um cliente, a qual compreendia a quantidade final a entregar de 2 014 unidades do produto mais vendido pela empresa. A quantidade lançada na OP seria a correspondente a:

- a) 2 014 unidades de produto.
- b) 2 115 unidades de produto.
- c) 2 120 unidades de produto.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

Questão 30.:

Uma determinada empresa pretende calcular o ponto crítico das vendas. Sabendo que a referida empresa tem uma margem de contribuição de 20%, o peso do custo unitário das matérias-primas e dos custos de transformação variáveis corresponde a 60% e 30%, respetivamente, e o custo variável unitário não industrial ascende a 20,00 EUR, o preço de venda unitário para efeitos de cálculo do ponto crítico é de:

- a) 180,00 EUR.
- b) 200,00 EUR.
- c) 250,00 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.



QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 31.:

Das seguintes afirmações, tendo por referência as características do IVA, indique aquela que é falsa:

- O IVA visa tributar todo o consumo em bens materiais e serviços, abrangendo na sua incidência todas as fases do circuito económico, desde a produção ao retalho.
- O IVA, aplicado de um modo geral e uniforme em todo o circuito económico, pressupondo a repercussão total do imposto para a frente, corresponde a uma tributação, por taxa idêntica, efetuada de uma só vez, na fase retalhista.
- Face às características do próprio imposto, das quais se destaca a ausência da neutralidade na perspetiva dos agentes económicos, o IVA favorece a junção das operações das unidades produtivas no âmbito da cadeia do consumo.
- O método do crédito de imposto assegura que os bens utilizados na produção por uma empresa não sejam, em definitivo, tributados: as aquisições são feitas com imposto, mas dão lugar a uma dedução imediata no respetivo período de pagamento (salvo exceções, muito limitadas, destinadas a prevenir desvios fraudulentos).

Questão 32.:

Para efeitos de Imposto do Selo, a obrigação tributária considera-se constituída:

- Nas operações de crédito, no momento da sua amortização.
- Nos empréstimos efetuados pelos sócios às sociedades em que seja estipulado prazo não inferior a um ano e sejam reembolsados antes desse prazo, no momento do reembolso.
- Nos atos e contratos, no momento em que os mesmos produzem efeitos.
- Nas apólices de seguros automóvel, no momento em que ocorre o sinistro.

Questão 33.:

A Unlimited Partys Unipessoal, Lda. é uma microempresa constituída em 2019, e que se dedica à organização de festas e comercialização de artigos para festas de crianças. Dado que o sócio não esperava que a sociedade tivesse um crescimento muito acentuado nos primeiros anos, optou pelo regime simplificado do IRC. No ano de 2022 apresentou os seguintes rendimentos:

- Vendas de mercadorias = 100 000 EUR
- Subsídio à exploração = 6 000 EUR
- Rendimentos de aplicação financeira = 4 000 EUR



Foram suportados encargos com uma viatura ligeira de passageiros no valor de 8 000 EUR, incluindo neste valor a depreciação do período (o custo de aquisição da viatura é inferior a 27 500 EUR).

Tendo em conta estes elementos, a matéria coletável do sujeito passivo no período de 2022 foi de:

- a) 8 400 EUR.
- b) 12 300 EUR.
- c) 9 200 EUR.
- d) 7 600 EUR.

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 34.:

Para garantia da sua autonomia técnica, os contabilistas certificados não podem ser trabalhadores por conta de outrem de uma sociedade ou empresário em nome individual. Esta afirmação:

- a) É verdadeira. A subordinação jurídica que decorre de um contrato de trabalho põe em causa a independência do contabilista certificado.
- b) É verdadeira. Os contabilistas certificados apenas podem ser trabalhadores por conta de outrem de uma sociedade de contabilista ou sociedade profissional de contabilistas certificados.
- c) É falsa. Os contabilistas certificados podem exercer a atividade na qualidade de trabalhadores de uma sociedade ou empresário em nome individual, salvaguardando-se a independência técnica que o Estatuto da Ordem lhes confere.
- d) É falsa. Quando os contabilistas certificados exercem a sua atividade como trabalhadores por conta de outrem, a responsabilidade por erros ou omissões é exclusiva da entidade empregadora.

Questão 35.:

O contabilista certificado suplente assume a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações fiscais das entidades a quem o contabilista nomeado presta serviços:

- a) Em qualquer circunstância, se o contabilista certificado nomeado o solicitar.
- b) Apenas quando o contabilista nomeado falecer.
- c) Quando o contabilista certificado estiver de férias.
- d) Sempre que o cliente o solicitar.

Questão 36.:

No âmbito de uma inspeção tributária externa realizada a um cliente, o contabilista certificado deve:

- a) Disponibilizar imediatamente aos inspetores tributários todos os documentos contabilísticos do cliente.
- b) Prestar todas as informações que lhe venham a ser expressamente solicitadas sobre o exercício das suas funções.
- c) Invocar o sigilo profissional e recusar-se a prestar qualquer esclarecimento.
- d) Efetuar todas as correções fiscais que os inspetores tributários considerem devidas.



Questão 37.:

O início e cessação de funções do diretor técnico de uma sociedade de contabilidade deve ser comunicado:

- a) À Ordem, no prazo máximo de 15 dias, pelo contabilista certificado nomeado.
- b) À Ordem, no prazo máximo de 15 dias, pela gerência da sociedade.
- c) À Ordem, no prazo de 15 dias, pelo contabilista certificado nomeado e pela gerência da sociedade.
- d) À Ordem e à Autoridade Tributária e Aduaneira, no prazo de 15 dias, pelo contabilista certificado nomeado.

Questão 38.:

A assinatura pelo contabilista certificado de uma declaração fiscal que não resultou do exercício direto das suas funções é punida com uma pena disciplinar de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão.

Questão 39.:

Em caso de doença do contabilista certificado, o regime de justo impedimento prolongado aplica-se quando a situação de doença se prolonga por um período superior a:

- a) 30 dias, após a data-limite de cumprimento de entrega da declaração fiscal.
- b) 60 dias, após a data-limite de cumprimento de entrega da declaração fiscal.
- c) 90 dias, após a data-limite de cumprimento da entrega da declaração fiscal.
- d) 120 dias após a data-limite de cumprimento da entrega da declaração fiscal.

Questão 40.:

O incumprimento do dever de lealdade pelo novo contabilista certificado que presta serviços no âmbito de uma sociedade de contabilidade, antes da assunção de funções de um novo cliente anteriormente da responsabilidade de outro contabilista certificado, tem como consequência:

- a) A responsabilidade pessoal exclusiva do novo contabilista pelas dívidas de honorários, despesas e salários ao anterior colega, ainda que o contrato de prestação de serviços tenha sido celebrado com a sociedade de contabilidade.
- b) A responsabilidade pessoal do contabilista, da sociedade de contabilidade e do respetivo diretor técnico pelas dívidas de honorários, despesas e salários ao anterior colega.
- c) A responsabilidade disciplinar do contabilista certificado e da sociedade de contabilidade.
- d) Apenas a responsabilidade disciplinar do diretor técnico.